

Termo de Referência 152/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
152/2025	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	LUCAS DELEON RAMIRIO	26/06/2025 10:32 (v 16.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23346.001056.2025-32

1. Definição do objeto

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 90612/2025  
PROCESSO: 23346.001056.2025-32

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em ferramentas à combustão, com fornecimento de peças, conforme especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste documento.

ITENS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - IFSULDEMINAS - CAMPUS MUZAMBINHO							
Grupo	Item	Catserv/ Catmat	Descrição detalhada	Unidade	Quantidade	Valor unitário (Estimado)	Valor total (Estimado)
	01	20109	<<< Prestação de Serviço >>>  Prestação de serviços de manutenção preventiva e /ou corretiva em equipamentos do tipo: <ul style="list-style-type: none"><li>• Roçadeiras;</li><li>• Motosserras;</li><li>• Motopodas;</li><li>• Sopradores,</li><li>• Cortadores de grama,</li><li>• Aparadores de cerca viva,</li><li>• Derriçadeiras de café.</li></ul>	HORA	1.000	R\$85,00	R\$85.000,00

01			***Obs: Os equipamentos deverão ser retirados e entregues após a manutenção na sede do IFSULDEMINAS- Campus Muzambinho. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b>				
	02	424440	<p>&lt;&lt;&lt; Aquisição de Material &gt;&gt;&gt;</p> <p>Fornecimento de peças e acessórios - "Substituição eventual de peças."</p> <p><b>*VALOR FIXO - NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA*</b></p> <p>***Obs: O licitante deverá obrigatoriamente inserir sua proposta com o valor total deste item no comprasnet. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>	TICKET	1.000	R\$50,00	R\$50.000,00

ITENS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - IFSULDEMINAS - CAMPUS INCONFIDENTES							
Grupo	Item	Catserv/ Catmat	Descrição detalhada	Unidade	Quantidade	Valor unitário (Estimado)	Valor total (Estimado)
02	03	20109	<p>&lt;&lt;&lt; Prestação de Serviço &gt;&gt;&gt;</p> <p>Prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em equipamentos do tipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Roçadeiras;</li> <li>• Motosserras;</li> <li>• Motopodas;</li> <li>• Sopradores,</li> <li>• Cortadores de grama,</li> <li>• Aparadores de cerca viva,</li> <li>• Derriçadeiras de café.</li> </ul> <p>***Obs: Os equipamentos deverão ser retirados e entregues após a manutenção na sede do IFSULDEMINAS- Campus Inconfidentes. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>	HORA	600	R\$85,00	R\$51.000,00
	04	424440	<p>&lt;&lt;&lt; Aquisição de Material &gt;&gt;&gt;</p> <p>Fornecimento de peças e acessórios - "Substituição eventual de peças."</p> <p><b>*VALOR FIXO - NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA*</b></p> <p>***Obs: O licitante deverá obrigatoriamente inserir sua proposta com o valor total deste item no comprasnet. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>	TICKET	1.000	R\$50,00	R\$50.000,00

- Os itens 02 e 04 não serão objeto de lances ou concorrência, uma vez que corresponde a um valor reservado para o custeio de eventuais substituições de peças durante a execução do contrato. O licitante deverá obrigatoriamente inserir no sistema o valor estimado de R\$ 50.000,00, conforme indicado na tabela acima. A não inserção desse valor, ou a inserção de valor divergentes, implicará na desclassificação da proposta.
- Durante a execução do contrato, a empresa contratada deverá apresentar pesquisa de mercado junto a, no mínimo, três (03) propostas distintas de peças e insumos, com o objetivo de subsidiar e justificar os valores praticados, garantindo a compatibilidade com o valor orçado, comprovando a vantajosidade.
- Os itens 01 (serviço de manutenção) e 02 (fornecimento de peças) poderão ser empenhados de forma independente, não sendo obrigatória a emissão conjunta dos respectivos empenhos. A utilização de cada item dependerá da necessidade administrativa e da demanda efetiva durante a vigência contratual.

**1.2. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO:** O agrupamento dos Itens 01 e 02 justifica-se pela necessidade de padronização dos serviços e materiais, que possuem finalidades complementares. A contratação separada poderia resultar em soluções incompatíveis, prejudicando a eficiência, a integridade técnica e operacional dos serviços prestados, além de gerar riscos de ineficiência e retrabalho. Adotar um único contrato atende aos princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos, reduzindo custos com fiscalização, gestão contratual e logística. A medida também contribui para ampliar a competitividade, tornando os valores mais atrativos e aumentando a chance de receber propostas mais vantajosas. Dessa forma, no exercício da competência discricionária que assiste à Administração, considera-se o agrupamento como a alternativa mais adequada para atender ao interesse público neste caso específico.

**1.3.** O sistema SIDEC, utilizado para o lançamento dos itens constantes neste Termo de Referência e para disponibilização das propostas pelos fornecedores, nem sempre apresenta descrições compatíveis com os produtos e serviços a serem adquiridos. Por esse motivo, podem ser utilizados catmat/catserv sinônimos, denominações genéricas ou similares. Contudo, deverá sempre prevalecer a descrição completa constante neste Termo de Referência, a qual será considerada para fins de julgamento e execução contratual.

**1.4.** A cotação dos preços unitários e totais deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, expressa em algarismos e por extenso, com no máximo duas casas decimais após a vírgula (ex: R\$ 0,01). Os valores deverão incluir todos os encargos incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto, tais como impostos, taxas, fretes, seguros, tributos, encargos fiscais e demais despesas necessárias para o pleno cumprimento contratual, incluindo a entrega/deslocamento no local designado pela Administração.

**1.5.** Os pedidos relativos ao Item 02 (material de consumo) serão quantificados na unidade "TICKET", conforme definido no Quadro acima deste Termo de Referência.

**1.7.** O pagamento por meio de ticket poderá ser realizado de forma fracionada, não estando vinculado a valores múltiplos de R\$ 50,00. Entretanto, o valor do empenho deverá, obrigatoriamente, observar múltiplos exatos de R\$ 50,00, cabendo ao fiscal do gerenciar o saldo.

**1.8** Para o Item 01 (serviço de manutenção), deverá ser emitida Nota Fiscal de Serviços. Para o Item 02 (fornecimento de peças), deverá ser emitida Nota Fiscal de Material. A tributação de cada item seguirá as normas fiscais vigentes, de acordo com sua natureza jurídica.

**1.9** A Instituição não está obrigada a contratar todos os itens licitados, nem a totalidade das quantidades estimadas, sendo a contratação condicionada à demanda real e à conveniência da Administração.

**1.10** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 107, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

**1.11** A execução da manutenção corretiva (Item 01) e a aquisição de peças (Item 02) estarão condicionadas à disponibilidade orçamentária da Instituição, não configurando obrigação automática de contratação de nenhum dos itens.

**1.12** A participação na presente licitação implica pleno conhecimento e concordância com as regras estabelecidas no edital e seus anexos, não sendo admitidas alegações de desconhecimento após a abertura das propostas. Recomenda-se às licitantes a leitura atenta e integral de toda a documentação antes da elaboração de suas propostas.

**1.13. O fornecedor deve observar todas as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar (28/2025), conforme disposto no apêndice deste Termo de Referência, a fim de garantir o cumprimento integral dos requisitos e especificações definidos.**

## 2. Fundamentação da contratação

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** Esta contratação está inserta no Plano de Contratações Anual 2025, em execução:

I) ID PCA no PNPC: 10648539000105-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 14/03/2025;

III) Id do item no PCA: 880 e 881;

IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

V) Identificador da Futura Contratação: 158137-51/2025

### 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Para os serviços de manutenção de roçadeiras, motosserras, motopodas, sopradores, cortadores de grama, aparadores de cerca viva e derriçadeiras de café, a contratada deverá possuir estrutura adequada para atendimento no município de Muzambinho /MG, de forma a assegurar a qualidade, a eficiência e a celeridade na execução dos serviços.

3.3. A empresa contratada será responsável pela retirada e devolução dos equipamentos:

3.3.1. Do órgão gerenciador diretamente na sede do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, localizada na Estrada de Muzambinho, km 35 – Bairro Morro Preto, Muzambinho/MG.

3.3.2. Do órgão participante diretamente na Fazenda Escola do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, localizado no Bairro Escritório Velho, zona rural, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG, a aproximadamente 500 metros do centro da cidade, em local a ser descrito na Ordem de Serviço. Somente em dias úteis, das 7h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30

3.4. Essa exigência está fundamentada na necessidade de assegurar o interesse público, a economicidade, a eficiência e a sustentabilidade ambiental, evitando custos adicionais com transporte de longa distância, atrasos na execução dos serviços e aumento da emissão de poluentes. Além disso, a logística local garante maior controle sobre o cumprimento dos prazos e facilita a fiscalização contratual.

3.5. Para melhor compreensão, considera-se:

- Manutenção preventiva: inspeções técnicas, troca de óleo e filtros, limpeza e ajustes de rotina.
- Manutenção corretiva: reparos, correções e substituição de componentes com defeito, com fornecimento de peças novas, originais ou compatíveis.
- Responsabilidade pela logística: a contratada deverá realizar retirada e devolução dos equipamentos na sede da contratante, sem custos adicionais.

#### **Prazos e Atendimento:**

**3.6 O atendimento será agendado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da solicitação formal da contratante.**

#### **Condições Ambientais e de Eficiência**

**3.7.A exigência de atendimento local visa reduzir custos com transporte, otimizar o tempo de resposta, facilitar a fiscalização do contrato e mitigar impactos ambientais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.**

### 4. Requisitos da contratação

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Subcontratação**

4.2. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, dentro dos limites legais.

**Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos , pois o arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

**Vistoria**

4.4. Não será exigida a realização de vistoria prévia por parte dos licitantes, tendo em vista que os serviços a serem contratados não incidem sobre equipamentos previamente disponíveis para inspeção, mas sim sobre ferramentas que somente serão encaminhadas à manutenção conforme apresentarem defeitos ou necessidade de intervenção preventiva durante a vigência contratual. A eventual ausência de vistoria não poderá ser alegada posteriormente como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, cabendo à contratada plena responsabilidade pela execução dos serviços conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

## 5. Modelo de execução do objeto

A presente contratação será formalizada por contrato administrativo, nos termos do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade, planejamento, proporcionalidade e desenvolvimento nacional sustentável.

**Do Objeto**

5.1 A contratada prestará, sob demanda, serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em ferramentas à combustão, com fornecimento de peças e acessórios, abrangendo os seguintes equipamentos:

- Roçadeiras;
- Motosserras;
- Motopodas;
- Sopradores;
- Cortadores de grama;
- Aparadores de cerca viva;
- Derriçadeiras de café.

**Da Forma de Execução**

5.2 A execução contratual seguirá o modelo de atendimento sob demanda, conforme a seguir especificado:

**a) Solicitação de serviços:**

A contratante deverá realizar a solicitação formal por meio de chamado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, indicando o equipamento e o tipo de manutenção pretendida.

A contratada deverá apresentar, previamente, orçamento detalhado, o qual estará sujeito à análise e aprovação da contratante, contendo obrigatoriamente:

- Identificação do equipamento (tipo, marca e modelo);
- Descrição do serviço a ser executado;
- Discriminação e valor das peças;
- Valor da hora técnica, conforme proposta vencedora.

**b) Logística de transporte:**

A retirada e devolução dos equipamentos deverão ser realizadas pela contratada, sem custos adicionais para a Administração Pública, no endereço da contratante:

- IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho: Estrada de Muzambinho, Km 35 – Bairro Morro Preto – Muzambinho/MG - CEP: 37890-000.
- Fazenda escola do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, localizado no Bairro Escritório Velho, zona rural, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG, a aproximadamente 500 metros do centro da cidade, em local a ser descrito na Ordem de Serviço. Somente em dias úteis, das 7h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30.

**c) Local de execução dos serviços:**

Os serviços deverão ser executados exclusivamente em oficina ou estrutura técnica da contratada.

**d) Vistoria prévia:**

Não será exigida vistoria técnica prévia, considerando que os equipamentos a serem atendidos não estão disponíveis no momento da licitação e que o objeto será executado sob demanda, conforme surgimento de necessidades de manutenção. A ausência de vistoria não poderá ser alegada, em hipótese alguma, para justificar inadimplemento contratual.

### **Garantias**

5.3 Nos termos do artigo 115 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá garantir a qualidade dos serviços e peças fornecidas, observando os seguintes prazos mínimos:

- Serviços de manutenção: garantia de 30 (trinta) dias corridos após a entrega do equipamento;
- Peças substituídas: garantia de 90 (noventa) dias corridos, mesmo que ultrapassem o término da vigência contratual.

### **Medição e pagamento**

5.4 A medição dos serviços contratados será realizada da seguinte forma:

#### **a) Serviço (hora técnica)**

A medição da mão de obra será feita com base nas horas técnicas efetivamente executadas, conforme registro em ordem de serviço, e devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. O valor da hora técnica corresponderá ao valor final da proposta vencedora da licitação. Considera-se a hora técnica os serviços prestados em 60 (sessenta) minutos referente a manutenção e/ou prevenção dos equipamentos.

#### **b) Fornecimento de peças e acessórios**

O fornecimento de peças e componentes para manutenção será realizado com base em sistema de tickets, respeitado o limite orçamentário fixado no Estudo Técnico Preliminar. Cada fornecimento de peça/acessório deverá ser justificado previamente por 03 (três) cotações formais, apresentadas pela contratada à contratante, para comprovação da vantajosidade da aquisição, nos termos do art. 23, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. As cotações deverão conter, obrigatoriamente:

- Descrição da peça ou acessório, incluindo marca, modelo e especificação técnica;
- Valor unitário da peça, com frete, tributos e quaisquer despesas adicionais já incluídas;
- A contratante poderá recusar a aquisição quando não demonstrada a economicidade da compra ou em caso de incompatibilidade com os parâmetros técnicos do equipamento.
- Identificação clara do fornecedor (razão social, CNPJ, data da cotação);
- Validade da proposta.
- O pagamento por meio de ticket poderá ser realizado de forma fracionada, não estando vinculado a valores múltiplos de R\$ 50,00. Contudo, o valor do empenho deverá, obrigatoriamente, observar múltiplos exatos de R\$ 50,00.
- Os pagamentos à contratada serão efetuados com base nos quantitativos efetivamente executados, correspondentes às horas técnicas prestadas e às peças fornecidas, devidamente atestados pela fiscalização.

### **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

#### **5.5 Aplicação de Peças e Acessórios**

5.5.1. A aplicação de peças e acessórios constitui item indispensável à execução adequada dos serviços de manutenção corretiva e preventiva, devendo ser realizada sempre que necessária para o pleno funcionamento do equipamento, conforme diagnóstico técnico da contratada, aprovado pela fiscalização contratual.

5.5.2. Em conformidade com a norma ABNT NBR/INMETRO, considera-se peça de reposição original aquela destinada a substituir componente de produção original, fabricada segundo o mesmo processo e padrão tecnológico da peça substituída, com as mesmas especificações técnicas e de qualidade.

5.5.3. As peças utilizadas deverão ser novas e originais (ou genuínas), vedada a aplicação de peças remanufaturadas, reconcondicionadas ou recuperadas, nos termos do art. 70 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da referida norma da ABNT.

5.5.4. Todas as peças substituídas deverão ser devolvidas ao contratante juntamente com o equipamento, para fins de controle e verificação da substituição.

5.5.5. A aplicação de insumos e materiais auxiliares (lubrificantes, fitas, solventes, massas, adesivos, soldas etc.) deverá obedecer às especificações técnicas do fabricante dos equipamentos, com qualidade comprovada e rastreabilidade garantida.

5.5.6 Não serão aceitos, em hipótese alguma, materiais, acessórios, componentes ou peças seminovas, usadas, reconcondicionadas ou remanufaturadas.

#### **5.6 Fornecimento de Peças por Sistema de Tickets**

- 5.6.1. O fornecimento de peças será operacionalizado por meio de sistema de tickets, limitado ao valor global fixado no Estudo Técnico Preliminar, sem ser objeto de disputa na fase de lances.
- 5.6.2. Para cada fornecimento, a contratada deverá apresentar 03 (três) cotações independentes e formais, contendo:
- Descrição detalhada da peça, marca e modelo;
  - Preço unitário com frete, tributos e demais encargos inclusos;
  - Nome e CNPJ do fornecedor, data da cotação e validade da proposta.
- 5.6.3. A vantajosidade da aquisição será verificada pela Administração, e a execução estará condicionada à aprovação prévia da fiscalização contratual.

#### **Responsabilidade Ambiental – Destinação de Resíduos**

5.7 Óleos Lubrificantes : Nos termos do art. 33, IV, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e da Resolução CONAMA nº 362/2005, a contratada deverá:

- Recolher e armazenar adequadamente os óleos usados ou contaminados;
- Realizar a entrega a empresa licenciada ou revendedor autorizado, com comprovação documental;
- Garantir destinação ambientalmente adequada nos casos em que a reciclagem não for possível.

#### **Transporte dos Equipamentos**

- 5.8 A retirada e entrega dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada, mediante uso de veículo apropriado ao transporte de carga inoperante, como caminhão plataforma, vedado o uso da tração própria dos equipamentos.
- 5.9 O transporte é atividade meio indispensável à prestação dos serviços, podendo ser terceirizado, mas permanecendo sob responsabilidade integral da contratada.
- 5.10 Será exigido checklist documentado no ato da retirada dos equipamentos, com cópia entregue à contratante.
- 5.11 O transporte deverá respeitar as normas da ABNT aplicáveis à movimentação de bens e cargas (NBRs pertinentes).

#### **Equipe Técnica e Equipamentos**

- 5.12. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e capacitada, com experiência comprovada em manutenção de ferramentas à combustão.
- 5.13. O aparelhamento técnico mínimo deverá atender às normas da ABNT e aos requisitos do INMETRO aplicáveis à atividade, assegurando condições adequadas à prestação dos serviços contratados.

#### **Outras Disposições**

- 5.14. A execução contratual observará, integralmente, as cláusulas previstas no futuro contrato administrativo, no edital e neste Termo de Referência.
- 5.15 A contratada ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, em caso de inadimplemento parcial ou total das obrigações assumidas.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

**Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto nº 68.220, de 2023).

6.18.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal administrativo do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 68.220, de 2022, art. 18, II);

6.18.3. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 68.220, de 2022, art.



18, II );

6.18.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto nº 68.220, de 2023);

6.18.5. O fiscal Administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, inclusive, mediante eventual solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 18, III).

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 17, X e 18, VI do Decreto nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. Arts.17, X do Decreto nº 68.220, de 2023.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. Arts. 18, VI do Decreto nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais. (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

#### **Prazo de Pagamento**

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO];

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.3. : cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade Pessoa física para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz .

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23.1. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de doze meses.

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial devidamente registrado na forma da lei, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% [dez por cento] do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura registrado na forma da lei. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 01 (ums) ano.** (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata

da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **Qualificação Técnica - "Atestado de Capacidade Técnica"**

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1. Fornecimento equivalente ao objeto dessa licitação;

8.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. A empresa deverá enviar 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, atendendo as exigências acima.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 236.000,00

9.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 236.000,00 (Duzentos e Trinta e Seis Mil Reais)**, conforme os valores unitários e quantitativos estabelecidos na tabela acima.

9.2. O Item 01 (prestação de serviços de manutenção) foi orçado em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), com base na mediana de cotações obtidas no sistema “Pesquisa de Preços” – Prestação de Serviços.

9.3. O Item 02 (TICKET – fornecimento de peças) foi orçado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com base no histórico de manutenções realizadas pela Instituição, referentes à aquisição de materiais para reposição.

9.4. A aquisição dos Itens 01 e 02 poderão ocorrer de forma conjunta ou separada, conforme a necessidade da Administração. Não será necessária a emissão simultânea de empenhos para ambos os itens, podendo cada um ser solicitado e executado de maneira independente.

9.2. O Item 03 (prestação de serviços de manutenção) foi orçado em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), com base na mediana de cotações obtidas no sistema “Pesquisa de Preços” – Prestação de Serviços.

9.3. O Item 04 (TICKET – fornecimento de peças) foi orçado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com base no histórico de manutenções realizadas pela Instituição, referentes à aquisição de materiais para reposição.

9.4. A aquisição dos Itens 03 e 04 poderão ocorrer de forma conjunta ou separada, conforme a necessidade da Administração. Não será necessária a emissão simultânea de empenhos para ambos os itens, podendo cada um ser solicitado e executado de maneira independente.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 158303

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 231608

IV) Elemento de Despesa: 339039-17 (item 01 e 03) e 339030-25 (item 02 e 04)

V) PI: V20RLP01MCN

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Alteração do Contrato

11.1. No curso do processo de "Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Ferramentas a Combustão, com fornecimento de peças" podem aparecer inconsistências não diagnosticadas na fase de vistoria técnica, assim como a aquisição de novos equipamentos importando na necessidade de modificação do quantitativo do projeto, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

11.1.1. importante, portanto, a adoção de mecanismos que permitam aos contratantes o atendimento dessas demandas eventuais no curso do processo de manutenção, a fim de permitir a correção imediata da inconsistência apontada, evitar a necessidade de execução de novo projeto e viabilizar o retorno de equipamentos para atividade operacional, o que está em consonância com os princípios da eficácia, eficiência, razoabilidade, planejamento e economicidade;

11.1.2. assim, no presente caso, aplica-se o disposto no capítulo VII, artigos 124 a 136, da Lei 14.133/21, que trata da alteração dos contratos e dos preços.

11.1.2.1. nessa esteira, nos termos do artigo 125 da referida lei, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, **o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.**

## 12. Obrigações do Contratante

12.1. São obrigações do Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e anexos;

12.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;

12.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas

cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

12.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 13. Obrigações do Contratado

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



## 14. Infrações e sanções administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que Advertência, não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. quando praticadas as condutas descritas nas Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
  - 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;
    - 1.1. Após dez dias de atraso, sem que o objeto tenha sido entregue, ficará caracterizada a inexecução contratual.
  - 2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 15. Foro

15.1 Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

## 16. Elaboração do Termo de Referência

16.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela "Coordenação Geral de Produção", auxiliado pelo "Setor de Compras, Contratos e Convênios", estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ZELIA DIAS DE SOUZA**

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/06/2025 às 11:11:13.

**RENATO APARECIDO DE SOUZA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 26/06/2025 às 10:32:25.*